



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

~~~~~

# Avaliação da Política de Desoneração do Biodiesel

# Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel



## Instrumentos da política pública



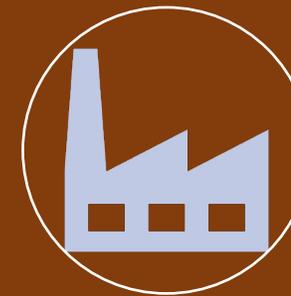
Regulamentação da comercialização do “Diesel B” (mistura de “Diesel A” com biodiesel)



Subsídio tributário (PIS e Cofins) para o biodiesel em relação ao “Diesel A”



Subsídio **adicional** e **certificação de usinas** que adquiram matéria prima da agricultura familiar



Reserva de até 80% do mercado de biodiesel para usinas certificadas com o Selo Biocombustível Social



SELO BIOCOMBUSTÍVEL SOCIAL (MDA)

# Resultados da Avaliação



## SOCIAL

L

A Política do Biodiesel tem favorecido a produção de soja do País, sem diversificação das matérias-primas e sem aumento do número de agricultores familiares incluídos na cadeia produtiva.

Adição compulsória do biodiesel tem viabilizado a substituição do diesel, contudo sua competitividade é prejudicada pela dependência da soja, somada à obrigatoriedade de 80% da comercialização ser proveniente de UPB certificadas com SBS e aos incentivos fiscais ao diesel.

**ECONÔMICO**

/

**SEGURANÇA**

**ENERGÉTICA**

## AMBIENTAL

L

A Política tem propiciado benefícios de redução de emissões, porém existem limitações ao aumento do mandato relativas à qualidade do produto e faltam incentivos à adoção de mecanismos de rastreabilidade das matérias-primas.

Falhas nas estruturas da governança da Política comprometem as capacidades estatais para gerir os resultados esperados pela intervenção.

**GOVERNANÇA**

**A**

# Resultados da Avaliação: Social



4.1. Na questão social, a Política do Biodiesel tem favorecido a produção de soja do País, sem diversificação das matérias-primas e sem aumento significativo do número de agricultores familiares incluídos na cadeia produtiva.

**Ampliação das aquisições da agricultura familiar no SBS não resultou na diversificação de matérias-primas e no aproveitamento das potencialidades de todas as regiões, integrando parcialmente o agricultor familiar à cadeia produtiva do biodiesel.**

Inclusão social comprometida pela não participação representativa de agricultores familiares do Norte, Nordeste e semiárido brasileiro.

Estímulos da Política do Biodiesel ao fortalecimento do cooperativismo têm favorecido as cooperativas do Sul do País, sem significar aumento do número de agricultores familiares incluídos.

**Ineficácia dos incentivos tributários para fomentar o desenvolvimento das potencialidades regionais e a diversificação de matérias-primas fora da cadeia produtiva da soja.**

Impactos positivos da Política em relação à renda do agricultor familiar se restringiram às famílias do Sul e Centro-Oeste integradas à cadeia produtiva da soja.

# Resultados da Avaliação: Econômico e Segurança Energética

4.2 A adição compulsória do biodiesel tem viabilizado a substituição do diesel, contudo os seguintes fatores prejudicam sua competitividade:

- dependência da soja;
- obrigatoriedade de 80% do volume comercializado ser proveniente de UPB certificadas com SBS; e
- incentivos fiscais ao diesel.

**Mandato do biodiesel tem viabilizado a substituição do diesel fóssil, apesar da incerteza decorrente de suas alterações recentes e da concentração das usinas produtoras nas regiões Sul e Centro-Oeste.**

Incentivo comercial, por meio da obrigação do fornecimento de 80% do biodiesel advindo de usinas detentoras do Selo Biocombustível Social, é adverso à garantia do livre comércio e da liberdade econômica.

**Dependência da soja aliada à manutenção de incentivos ao diesel fóssil tem prejudicado a competitividade do preço do biodiesel.**

Incapacidade da Política em mitigar os riscos relacionados ao provimento da segurança energética.

Custos diretos (tributários) e indiretos (impacto do mandato no consumidor) e possíveis benefícios são relevantes, mas não foi possível mensurá-los integralmente.

Falhas na transparência e na disponibilidade dos resultados de pesquisas realizadas no âmbito da RBTB dificultam a aferição da efetividade dos investimentos em PD&I.

# Resultados da Avaliação: Segurança Energética

Pressuposto para garantir a segurança energética: disponibilidade a **preços acessíveis**

Custo Direto e Indireto do PNPB – 2019 a 2022 – em R\$

| Custos (R\$)      | 2019          | 2020           | 2021           | 2022           |
|-------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Diretos           | 1.201.212.833 | 1.311.555.377  | 1.376.850.520  | 1.277.136.696  |
| Indiretos         | 435.045.514   | 12.573.727.238 | 15.530.541.912 | 10.569.539.928 |
| Indireto / Direto | <b>0,36</b>   | <b>9,59</b>    | <b>11,28</b>   | <b>8,28</b>    |

Aumento de custos  
alocados à sociedade

- ✓ Em 2019, os custos indiretos correspondiam a aproximadamente 36% do total dos custos diretos
- ✓ Nos anos posteriores, os custos indiretos aumentaram significativamente, representando até 11 vezes os custos diretos (em 2021)

- ✓ Elevação dos preços da soja e dependência da Política em relação a essa *commodity*

# Resultados da Avaliação: Ambiental



4.3. A Política tem propiciado benefícios de redução da emissão de poluentes, porém existem limitações ao aumento do mandato relativas à qualidade do produto e faltam incentivos à adoção de mecanismos de rastreabilidade das matérias-primas.

Aumentos dos teores de mistura obrigatória de biodiesel exigem revisão das especificações pela ANP para garantia da qualidade do diesel comercializado.

**Inexistência de incentivos na Política do Biodiesel à adoção de mecanismos de rastreabilidade das matérias-primas para comprovação de práticas agrícolas sustentáveis.**

Insuficiência de estudos que demonstrem a efetividade da Política na melhoria das condições de saúde em grandes centros urbanos.

**Utilização do biodiesel tem mitigado a emissão de gás carbônico (CO<sub>2</sub>), confirmando resultado ambiental estimado esperado pela Política.**

# Resultados da Avaliação: Governança



4.4. Falhas nas estruturas da governança da Política comprometem as capacidades estatais para gerir os resultados esperados pela intervenção.

Falta de divulgação e de evidências que justifiquem a dispensa de AIR em processo de alteração das regras e procedimentos para concessão, manutenção e uso do SBS.

**Insuficiência de indicadores e metas institucionais para aferir o alcance dos objetivos sociais, econômicos e ambientais da Política.**

Necessidade de institucionalização dos mecanismos de coordenação, comunicação e colaboração para o alinhamento estratégico e operacional entre os órgãos gestores da Política.

Deficiências na metodologia e na comunicação entre os órgãos responsáveis pelo acompanhamento têm prejudicado a transparência e a prestação de contas sobre os valores dos subsídios concedidos na Política do Biodiesel.

# Obrigado!

*Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Minas e Energia  
(CGENE)  
[sfc.cgene@cgu.gov.br](mailto:sfc.cgene@cgu.gov.br)*